

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO

(Do Sr. Edmar Moreira)

Requer a revisão do despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei nº 704, de 1995, do ilustre Deputado Ricardo Izar, que “Assegura aos que cumprem penas privativas de liberdade o direito de exercer atividade laborativa”, e seus apensos, PLs nºs 125/99, 7.147/02, 7379/02, 823/03, 2.309/03 e 541/07.

Senhor Presidente da CCJC:

Tendo sido designado Relator da matéria, nesta Comissão, requeiro a V. Exa., preliminarmente, nos termos do art. 140 do Regimento Interno, seja solicitada à Presidência da Câmara dos Deputados a revisão do despacho de distribuição dado à proposição em epígrafe (e seus apensos), a fim de que se pronunciem, também, e preliminarmente, sobre o seu mérito, a **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**, e a **Comissão de Seguridade Social e Família**.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público deverá se pronunciar a respeito da questão de o trabalho do preso estar ou não sujeito à legislação trabalhista, ou seja, às normas da Consolidação das Leis do Trabalho, como defende, expressamente, o PL nº 7.379/02.

A Comissão de Seguridade Social e Família deverá se pronunciar a respeito de eventual contribuição previdenciária do preso, como propugnam o PL nº 823/03 e, especialmente, o PL nº 541/07.

Assim, há duas questões fundamentais a serem discutidas: em primeiro lugar, se o trabalho do preso subordina-se à legislação trabalhista; em segundo, se o preso deve contribuir para a previdência social.

Estas questões refogem à atribuição da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a qual estará, portanto, melhor subsidiada para dar o seu parecer se as proposições passarem, primeiro, pelo crivo daquelas comissões.

Sala da Comissão, em 16 de maio de 2007

Deputado Edmar Moreira
Relator